

LEITURAS PARA PROFESSORES: APROPRIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SABERES NOS MANUAIS PEDAGÓGICOS BRASILEIROS ESCRITOS PELOS “CATÓLICOS” (1870-1971)

READING PRACTICES FOR TEACHERS: APPROPRIATION AND CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE
IN THE BRAZILIAN PEDAGOGICAL MANUALS
BY CATHOLIC AUTHORS (1870 - 1971)

Vivian Batista da Silva¹

RESUMO

A presente comunicação integra um estudo sócio-histórico-comparado acerca de leituras para professores em Portugal e no Brasil. Trata-se de uma pesquisa sobre livros usados em cursos de formação de professores para promoverem um primeiro contato com as questões de ensino, são os chamados *manuais pedagógicos*. Nosso interesse principal é saber como esses textos participam da produção e circulação de saberes que, em nível *intra* e *inter*-nacional, estruturam o trabalho docente, desde o ano de edição do título mais antigo que pudermos encontrar (1881, no caso brasileiro, e 1870, no caso português) até o início da década de 1971, quando fatores como a modernização do setor editorial e reestruturações das escolas normais favorecem significativas transformações nesse tipo de publicação. A natureza comparativa dessa investigação justifica-se pelo fato de a disseminação de saberes nos manuais ser parte integrante da difusão mundial da *escola de massas*, cujo modelo começa a se consolidar em várias nações e momentos diferenciados desde o século XIX, graças a uma rede comunicacional de idéias estabelecida entre diferentes autores, lugares e instituições. Ao atentarmos para o espaço Brasil-Portugal, estamos considerando as conexões lingüísticas e culturais entre esses dois países e que, historicamente, têm promovido relações de *vizinhança* e de *distância*. Interrogamo-nos sobre como o modelo de escola e de professor tem sido *apropriado* nesse circuito através de leituras, citações e apreciações de determinados conhecimentos, tal como esses são dados a ver nos manuais. Desse modo, enquanto parte de empreendimentos mais amplos, atualmente desenvolvidos em nível de doutorado e no âmbito de uma parceria entre a Universidade de Lisboa e a Universidade de São Paulo, a comunicação aqui proposta destaca que os manuais pedagógicos resultam de iniciativas do Estado quando, por exemplo, professores de escolas normais e inspetores de ensino assinam títulos dessa natureza (ver casos como os de Lourenço Filho e João Toledo) e também de iniciativas da Igreja, quando padres e membros do laicato católico escrevem esse tipo de texto (ver casos como os do Monsenhor Pedro Anísio e Everardo Backheuser). O exame dos manuais (cerca de 30 títulos portugueses e 70 brasileiros) tem evidenciado semelhanças e diferenças nos modos como cada autor elabora suas proposições acerca do magistério e isso decorre, dentre outras questões, dos interesses e capitais específicos dos grupos que produzem tais títulos. Para mostrar os mecanismos dessa lógica, o texto a ser apresentado irá discutir características dos livros assinados por autores católicos brasileiros: qual bibliografia esses escritores usam para fazer seus textos e que tipo de argumento constroem a partir desse universo de referências? Tal análise nos permitirá saber quais são as especificidades desses manuais no conjunto dos livros estudados, bem como as proximidades notáveis nesse *corpus* de análise e referentes aos modos de conceber o magistério.

Palavras-Chave: manuais pedagógicos, história da educação, leituras para professores, produção e circulação de saberes

ABSTRACT

This paper is part of a social, historical and comparative study on reading practices for teachers in Portugal and Brazil. It is a research about the pedagogical manuals, which are books used in Teacher's Colleges to promote a first contact with educational issues. Our main interest is to understand how these texts integrate the processes of production and circulation of the knowledge that organizes the teachers' work, both in national and international levels, from the first date of issue found (1881, in Brazil and 1870 in Portugal) until the beginning of the 1970 decade, when factors as the modernization of the editorial industry and the reformulations of Teacher's Courses impuled important changes of the pedagogical manuals. The dissemination of knowledge through the pedagogical manuals can be perceived in the frame of the world diffusion of mass schooling. This model has been consolidated in many nations and different times since the XIX century, through a communicational system of ideas established among different authors, countries and institutions. Considering the Portuguese and the Brazilian pedagogical manuals, we are analysing the linguistics and cultural connections between two countries that, historically, have maintained close and distant relations. The question here is how the schooling and teacher models have been appropriated in this circuit, through lectures, quotations and the interpretation of knowledges, in the way that it is constructed in the pedagogical manuals. These books are the result of governmental initiatives when, for example, teachers, professors of Teachers Colleges and teaching inspectors write these texts. Some of them are also Roman Catholic Church initiatives, when Fathers and laypeople of catholic associations write pedagogical manuals. The study of these books (we have found nearly thirty Portuguese and seventy Brazilian titles) has shown similarities and differences in the ways that each author makes their propositions on teaching. It results, in others factors, of the specific interests and capitais of the social agents that produce these manuals. We intend to show the mechanisms of this field examining the characteristics of the books written by Brazilian catholic authors: what is the bibliography they use to write their texts? What kind of reason they construct using this bibliography? This analysis allows us to understand the ways in which representations about teaching are constructed in the Brazilian “catholic” pedagogical manuals.

Key-Words: pedagogical manuals, History of Education, reading practices for teachers, production and circulation of knowledge

¹ Doutoranda do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

O presente trabalho é parte de um projeto maior, no qual se desenvolve um estudo sócio-histórico-comparado acerca de leituras para professores em Portugal e no Brasil. Nessa perspectiva, são analisados os chamados *manuals pedagógicos*, que são livros escritos para cursos de formação docente enquanto textos promotores de um primeiro contato dos normalistas com as questões de ensino. O intuito é saber como esses impressos participam da produção e circulação de saberes que, em nível *intra* e *inter*-nacional, estruturam o ofício dos professores. Considera-se como marco temporal aquele que vai desde a publicação do título mais antigo que podemos encontrar (1881, no caso brasileiro, e 1870, no caso português) até o início da década de 1970, quando fatores como a modernização do setor editorial e reestruturações das Escolas Normais favorecem transformações significativas nesse tipo de edição. A natureza comparativa dessa investigação justifica-se pelo fato de a disseminação de saberes nos manuais ser parte integrante da difusão mundial da *escola de massas*, ou seja, a escola pública, leiga, gratuita, obrigatória e destinada a todos, cujo modelo começa a se consolidar em várias nações e momentos diferenciados desde meados do século XIX, graças a uma rede comunicacional de idéias estabelecida entre diferentes autores, lugares e instituições. Ao atentar-se para o espaço Portugal-Brasil, estamos levando em conta as conexões linguísticas e culturais entre esses dois países e que, historicamente, têm promovido relações de *vizinhaças* e de *distâncias*.

No estudo da difusão da *escola de massas* e de suas configurações em Portugal e no Brasil, o texto aqui apresentado busca compreender as possíveis modalidades de apropriação de tal modelo nos dois países, elaborando um tipo de reflexão que permite “produzir conhecimento novo (conhecimento teórico) sobre a gênese e a expansão da Escola” (Nóvoa, 2000, p.129) e, particularmente, sobre os modos pelos quais têm sido construídos os sentidos do trabalho dos professores, de sua profissionalização e dos saberes que a sustentam. Uma análise dessa natureza tem como uma de suas grandes dificuldades ultrapassar as nossas referências nacionais, *imaginando* um espaço simbólico no qual se produzem cultura e ciência, por onde circulam idéias que podem ser apropriadas de múltiplas formas. No caso do chamado *mundo lusófono*, parece claro que tal interpretação não se apóia nem no critério geográfico – posta a distância entre os países no mapa-múndi – nem nos critérios econômico e antropológico – cuja fragilidade interpretativa tem sido criticada – mas sobretudo nos critérios político e cultural, os quais nos permitem “imaginar *comunidades de sentido*, que emergem da partilha de um mesmo espaço lingüístico” (Nóvoa, 2000, p.126) e que viabilizam uma investigação sobre a relação Portugal-Brasil.

Além das particularidades do processo de integração entre Brasil e Portugal, a idéia de *lusofonia*, tal como é discutida por Margarido (2000), alerta para os perigos de se tomar esse espaço num sentido vertical. Nessa perspectiva, pensar num *espaço lusófono* pode corresponder a um esforço de confirmar os supostos direitos de Portugal sobre os territórios de suas ex-colônias e um possível controle do uso da língua e das produções dos outros países. Por isso, o presente trabalho difere seus critérios metodológicos daqueles que enfatizam e preservam, em pesquisas comparativas, situações de dependência cultural. Num outro sentido, o estudo sócio-histórico-comparado que se pretende realizar está atento a relações pautadas sobretudo no poder estruturante da língua sobre as formações culturais (Catani, 2000). Tal concepção sustenta o fato de que a *escola de massas* e a profissionalidade dos professores são *apropriados* no Brasil e em Portugal no sentido sugerido por Roger Chartier, ou seja, “dá ênfase à pluralidade dos usos e das formas de compreensão e à liberdade criadora dos agentes, ainda que a reconheça como regulada” (Catani, 2000, p.145). Nesse sentido, não se compartilha aqui da idéia de que os pensamentos circulam invariavelmente, como cópias a serem seguidas, mas, antes, busca entender os múltiplos usos e interpretações aos quais o modelo escolar desenvolvido mundialmente desde o século XIX tem sido suscetível.

Conforme tem-se procurado evidenciar até aqui, a preocupação nuclear é saber como o modelo de escola e de professor tem sido apropriado num circuito através do qual leituras, citações e apreciações de determinados saberes circulam e são dados a ler nos manuais pedagógicos produzidos no Brasil e em Portugal. Trata-se de tentar mostrar as possíveis semelhanças e diferenças nos modos como os autores elaboram seus textos, o que decorre, entre outras questões, dos interesses e capitais entendidos aqui no sentido sugerido por Pierre Bourdieu (1996) – dos grupos que produzem esses títulos. Mobilizando as análises empíricas já levadas a efeito até agora, as considerações que se seguem versam sobre características dos livros assinados por autores “católicos” brasileiros. Convém assinalar, portanto, que o presente texto, enquanto parte de um estudo comparativo, apresenta resultados preliminares e, tendo em vista o material que já pôde ser analisado, examina alguns aspectos

da história da produção de manuais portugueses e brasileiros e atenta de modo especial para os títulos publicados no Brasil. Evidentemente, os esforços terão continuidade, de modo a incorporar também uma análise mais acurada dos títulos publicados em Portugal.

Por enquanto, é possível afirmar que, no caso brasileiro, são notáveis as iniciativas do Estado no que tange à publicação de manuais para professores, quando, por exemplo, professores de Escolas Normais, nomes ligados ao grupo dos “pioneiros”, inspetores de ensino escrevem títulos dessa natureza (ver casos como os de Lourenço Filho) e também as iniciativas da Igreja, quando padres e membros do laicato católico assinam esse tipo de texto (ver casos como os do Monsenhor Pedro Anísio e de Everardo Backheuser). Qual bibliografia os chamados “católicos”, no Brasil, usam para fazerem seus textos e que tipo de argumento constroem a partir desse universo de referências? Tal análise permite conhecer as especificidades desses manuais, bem como as suas proximidades com o conjunto dos livros estudados. Ainda que, tal como foi dito anteriormente, o presente texto refira-se a resultados prévios de um estudo sócio-histórico-comparado, que examina de forma mais demorada alguns títulos brasileiros, as considerações que se seguem oferecem indícios importantes acerca do processo de produção e circulação de saberes especializados nos dois países, tal como é levado a efeito nos manuais pedagógicos.

Manuais pedagógicos: instâncias específicas de produção e circulação de saberes

Conforme mencionado anteriormente, o exame sócio-histórico-comparado dos manuais pedagógicos portugueses e brasileiros aqui apresentado leva em conta uma ampla periodização, considerando desde a edição do título mais antigo já encontrado (em 1870, no caso português e 1881, no caso brasileiro) até o início da década de 1970, quando são visíveis mudanças significativas na produção e circulação desse tipo de impresso devido à modernização do setor editorial e a reestruturações das Escolas Normais. Com relação aos primeiros títulos de manuais publicados, temos notícias, no caso português, da 1ª edição de *Elementos de pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário*, assinado por José Maria da Graça Afreixo e Henrique Freire (1870), e do *Compêndio de pedagogia coordenado conforme os programas de 8 de março de 1870*, de António Francisco Moreira de Sá (1870). No Brasil, temos a terceira edição de um texto assinado por Antônio Marciano da Silva Pontes, que foi publicado no ano de 1881 em Niterói pela Tipografia do Fluminense, com o título *Compêndio de pedagogia para uso dos alunos da escola normal*, além de alguns outros manuais publicados entre finais do século XIX e início da década de 1930, quando a produção nacional da área começa a se proliferar.

No conjunto dos livros escritos ao longo de aproximadamente um século, merece destaque o famoso manual intitulado *Introdução ao estudo da Escola Nova*, de Lourenço Filho, cuja primeira edição data de 1930, seguida de mais 13 edições, publicadas ao longo de 49 anos (precisamente, até 1979). Importa lembrar, ainda, a 14ª. edição desse mesmo manual, posta a circular muito recentemente (em 2002) pela Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e enquanto uma iniciativa do Conselho Federal de Psicologia. Esta mais recente edição do *Introdução ao estudo da Escola Nova* revestiu-se de um caráter comemorativo, sublinhando o papel que esse livro de Lourenço Filho, um dos profissionais mais reconhecidos no campo educacional brasileiro, teve na formação de professores: trata-se, nas palavras dos editores, de um livro “que viria a constituir uma espécie de 'Bíblia' para os educadores brasileiros” (2002, p.11). E, ainda, “*Introdução ao estudo da Escola Nova* (...) até hoje é fonte de conhecimento não só da Educação no Brasil e no mundo, em um dado momento histórico, como para as atuais propostas do Construtivismo, cuja matriz é a Escola Nova” (2002, p.12).

De fato, entendem-se os manuais pedagógicos como uma fonte relevante para a construção de uma história de leituras especificamente profissionais do corpo docente. Sem dúvida, um exame dessa natureza implica o contato com um vasto material, posto que as edições dos títulos costumam ser numerosas. Note-se, por exemplo, o *Sumário de didática geral*, de Luíz Alves de Mattos – então catedrático de Didática Geral e Especial e diretor do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o qual é editado dezessete vezes (1957-1975). Por sua vez, o *Metodologia do ensino primário*, de Afro do Amaral Fontoura – professor da PUC-RJ, da Universidade do estado do Rio de Janeiro, da Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal, chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e técnico de educação – também chegou a treze edições num período de

dez anos apenas (1955-1965). *Didática Mínima*, escrita por Rafael Grisi – professor de Didática em cursos de formação docente primária e secundária – foi publicado repetidas vezes num espaço de tempo maior: a sua terceira edição data de 1956 e quase trinta anos depois, em 1988, ele ainda era editado com o mesmo título.

Com referência ao caso português, o manual *Lições de psicologia aplicada à educação*, de António José Escaramela, professor na Escola do Magistério Primário de Lisboa, tem seis edições, (a 1ª publicada em 1952 e a 6ª publicada em 1968); *Da capacidade pedagógica para o magistério primário elementar*, de Rafael de Barros Soeiro – professor na Escola do Magistério Primário de Braga, tem 7 edições, (das quais a 1ª de 1947 e a 7ª de 1973); e a *Pedagogia Escolar Contemporânea*, de Émile Planchard – professor na Universidade de Coimbra (1ª publicada em 1942 e a 8ª publicada em 1982), para citar apenas alguns exemplos. Em alguns casos, as sucessivas edições não passam, na realidade, de reimpressões, uma vez que o texto não é modificado. Outras situações ocorrem em que, de fato, é um novo texto que surge. Isto acontece de forma bem visível na passagem da 1ª. para a 2ª. edição de manuais como os de Planchard e Barros Soeiro. A partir da 2ª. edição, contudo, não ocorrem mudanças muito significativas na configuração do texto, a não ser uma ou outra alteração de pormenor, nomeadamente, atualização bibliográfica.

É importante chamar a atenção também para as características da produção bibliográfica daqueles que escrevem os manuais. O título *Pedagogia Geral*, de Mário Gonçalves Viana, é representativo desse aspecto. Além de professor no Instituto Nacional de Educação Física, em Lisboa, o autor destaca-se por possuir uma produção que não se limita apenas a textos para formar professores, mas que se estende aos mais variados domínios. Inclusive, é possível observar que isso leva o autor, em freqüentes ocasiões, a recorrer aos seus próprios trabalhos para escrever seu manual pedagógico. Outros escritores, como o brasileiro Theobaldo Miranda Santos também tem uma produção bibliográfica expressiva mas, ao contrário de Mário Gonçalves Viana, Santos escreve a maior parte de seus manuais para uso em cursos de formação docente. É esse autor quem assina uma série de livros, que compõem uma coleção especializada para professores. Tal coleção circulou, sobretudo, entre os anos de 1950 e 1960, editada por uma importante casa da época, a Companhia Editora Nacional, e teve como título *Curso de psicologia e pedagogia*. Junto a esse projeto, Santos escreveu livros relativos à pedagogia, à didática, à metodologia, prática de ensino, à psicologia educacional e outros temas constantes nos currículos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia.

Note-se que os manuais são textos muito disseminados entre os professores, sobretudo aqueles que se encontram no momento da formação inicial. Trata-se de um *corpus* que participa, assim como as revistas pedagógicas, os boletins e algumas outras publicações oficiais da área – apenas para se citar alguns exemplos – do processo de elaboração e divulgação de saberes profissionalizantes. Pensando nos manuais pedagógicos, esse processo ganha dimensões específicas, posto que esses textos respondem à necessidade de um primeiro contato com as questões educacionais, dirigem-se a estudantes e, por isso, buscam proporcionar uma consulta rápida e simplificada. Os autores dos manuais escrevem sínteses, resumos, compêndios de idéias tidas como muito relevantes. Ou seja, há uma seleção de conhecimentos distribuídos numa vasta literatura, produzidos por diversos nomes e relacionados a diferentes instituições e áreas. Os textos dos manuais constituem-se, dessa maneira, pelo entendimento que os seus escritores, enquanto leitores de outros teóricos, fizeram das idéias presentes nas obras que lhe serviram de inspiração. E, nesse sentido, esses autores criam uma outra ordem de formulações, organizando as referências com as quais os professores devem estruturar o seu trabalho. Isso tem conduzido, no âmbito do trabalho aqui apresentado, a indagar sobre os modos pelos quais teóricos, modelos e conceitos pedagógicos, enfim, o conjunto de referências do ofício de ensinar, são dados a ler para os professores nos manuais, tentando identificar possíveis homogeneidades e especificidades nas maneiras como os saberes específicos da profissão docente foram produzidos e postos a circular nos dois países.

Numa perspectiva mais panorâmica, a formação de professores primários em Portugal e no Brasil configura-se, durante todo o período abordado (1870-1971), por um discurso político e pedagógico que enfatiza a necessidade de uma preparação eminentemente profissional para a atividade docente. Também é claro que, não sendo pacífico o entendimento do sentido do adjetivo profissional, institucionalmente tal discurso evolui numa direção tecnicista, de aplicação de técnicas e metodologias pedagógico-didáticas. Poder-se-á mesmo assumir que, com maiores ou menores desvios, Brasil e Portugal não constituem exceção no panorama internacional. Original também não

será destacar a influência da Escola Nova, enquanto movimento de opinião pedagógica, e do peso das obras das suas figuras mais representativas, mesmo que objeto de apropriações e interpretações mais ou menos díspares.

Pedagogia, Metodologia, Didática e Prática de Ensino, para mencionar apenas os três termos em destaque na bibliografia aqui estudada, são categorias mobilizadas para o discurso pedagógico em momentos diferentes ou estabelecendo entre si relações que se transformam, embora sejam apresentadas sempre através de um filtro de coerência, de integração, de correspondência semântica, mesmo de sinonímia, que esconde as descontinuidades e as contradições. Portugal e Brasil desenvolvem a historicidade da interação mútua num feixe de relações múltiplas e sobrepostas. Os manuais pedagógicos são um bom exemplo de uma corda discursiva cujos fios ainda agora começamos a entrever e que podem ajudar a ver os percursos da escolaridade de outros modos.

Produção e circulação de saberes pedagógicos nos manuais dos “católicos” Brasil

O estudo da configuração da *escola de massas* evidencia as relações estabelecidas entre Igreja e Estado como um aspecto inegavelmente relevante, posto que esses dois poderes têm participado da disputa pela criação, administração e gestão do ensino. Atentando especificamente para a história de leituras destinadas aos professores no Brasil, é notável a presença do chamado grupo dos “católicos” no conjunto das iniciativas ligadas a publicações especializadas, entre as quais podemos citar os livros, os jornais, as revistas e, também, os manuais pedagógicos. Segundo Marta Carvalho (1998), a edição de impressos corresponde a esforços de ordenação do discurso e da prática docentes e passa a ser mobilizada de forma cada vez mais intensa com a estruturação do sistema escolar público no país. Um marco importante desse esforço é a criação do Ministério da Educação e Saúde pelo governo Vargas, em 1930, que estimula a disputa pelo controle ideológico e técnico da escola. Dois grupos organizam-se com o intuito de regular o cotidiano das salas de aula e consolidar, dessa forma, uma hegemonia cultural. Um deles reúne os chamados “católicos”, ou seja, os membros do laicato intelectual e integrantes da Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) desde os anos 20 até 1932, quando passam a se articular a agremiações religiosas. De outro lado estão os “pioneiros”, como são designados os membros ativos da A.B.E., que também atuam junto ao governo, promovendo reformas educacionais a partir de princípios liberais e democráticos. Deste último grupo faz parte Lourenço Filho e, entre os “católicos”, está Everardo Backheuser, cujo livro é, inclusive, prefaciado por um padre.

O contraste entre as diferentes posições é visível em *Técnica da pedagogia moderna* (Backheuser, 1934) e *Introdução ao estudo da Escola Nova* (Lourenço Filho, 1930). Neste último, o autor concorda com os ideais liberais, entendendo que os princípios da Escola Nova deveriam se efetivar numa escola pública, leiga, única e oficial, mantida pelo Estado. Backheuser, por sua vez, trata dos aspectos teóricos e práticos do movimento escolanovista, delegando à Igreja e à família um papel central na tarefa educativa, com a qual o Estado deveria, nessa perspectiva, atuar de maneira subsidiária. Em suas palavras, as transformações do mundo moderno teriam abalado as estruturas tradicionais da sociedade e algumas propostas da “escola única” defendida pelos “pioneiros” deveriam ser revistas. Conforme explica o autor “católico”, tal regime destina-se:

- a) *para ambos os sexos donde escola de co-educação;*
- b) *para todas as classes sociais independentemente da situação financeira do país donde escola neutra e leiga;*
- c) *para todas as opiniões políticas e para todos os credos religiosos donde escola neutra e escola leiga* (BACKHEUSER, 1934, p.68)

Ainda de acordo com Backheuser, a co-educação tratar-se-ia de um outro regime reprovável, em decorrência de supostas diferenças de desenvolvimento entre meninos e meninas, as quais se acentuariam na fase da adolescência. No tocante à laicidade, convém retomar aqui as palavras do autor ao afirmar que: “É impossível dar ensino sem uma certa orientação religiosa. Explícita ou implícita há sempre essa orientação (...) a escola sem o conhecimento de Deus é uma utopia, é uma maneira capciosa de apresentar o problema, porque desconhecer Deus é negá-lo” (Backheuser, 1934, p.78). Assim, *Técnica da pedagogia moderna* ofereceu uma apropriação específica do escolanovismo, aprovando alguns princípios, reprovando outros, de modo a adequar os ideais católicos às transformações da sociedade brasileira e à difusão da *escola de massas*.

Embora os manuais pedagógicos publicados nos anos 30 evidenciem aspectos importantes dos debates entre “católicos” e “pioneiros”, como é possível depreender do exame de *Introdução ao estudo da Escola Nova* e do *Técnica da pedagogia moderna*, é possível localizar iniciativas de membros da Igreja Católica anteriores ao início do século XX, no que tange à publicação de manuais para futuros professores. Entre os títulos mais antigos já editados no Brasil e dos quais se têm notícias, podemos citar o *Pedagogia e metodologia (teórica e prática)*, escrito por um padre chamado Camilo Passalacqua, cuja 4ª edição é do ano de 1887. Trata-se de uma época na qual as Escolas Normais brasileiras começam a ser organizadas. Considerando o caso específico da cidade de São Paulo (posto que no país as decisões relativas a essa questão são determinadas no âmbito de cada estado desde o Ato Adicional de 1834 para as escolas primárias e normais), sabe-se que o curso é instalado pela primeira vez em 1846, sem contar de imediato com um número significativo de escolas nem mesmo um funcionamento regular ou uma grande quantidade de alunos (Tanuri, 2000). Isso explica, ao lado do desenvolvimento ainda incipiente de nosso mercado editorial (Hallewell, 1985), a relativa escassez de títulos destinados aos professores e normalistas. Até a década de 1930, quando se intensifica a expansão quantitativa das Escolas Normais e uma reestruturação de seus planos de estudos, no sentido de enfatizar mais as chamadas disciplinas profissionalizantes (Tanuri, 2000), há um número relativamente pequeno de manuais pedagógicos, menos do que uma dezena ao todo¹. Até 1971, contabiliza-se um número crescente, que chega à casa dos aproximadamente 50 títulos, sem contar as edições e reedições de cada um. E no interior desse *corpus* há que se assinalar a presença de outros manuais também escritos por membros da Igreja Católica, como é o caso do Monsenhor Pedro Anísio, autor de *Tratado de pedagogia, para uso das escolas normais do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro e em São Paulo pela Civilização Brasileira e Editora Nacional, em 1955, e *Compêndio de Pedologia e Pedagogia Experimental*, publicado no Rio de Janeiro pela Empresa Editora ABC Limitada, em 1937, quando o autor era responsável pelas aulas de Pedagogia e Pedologia da Escola Normal do estado da Paraíba.

Segundo afirmado anteriormente, só a partir dos anos 30, aproximadamente, os debates acerca dos princípios que devem configurar a escola tornam-se mais polêmicos. A instalação do regime republicano no país e a separação entre Igreja e Estado significam para os católicos o fim de seu quase monopólio do ensino e a necessidade de reconquistar sua antiga primazia cultural (Sousa, 1995). A laicidade da escola pública, princípio então consagrado constitucionalmente no Brasil, passa a ser um dos aspectos mais discutidos entre os educadores. Os republicanos, em nome de seus ideais liberais, esforçam-se por viabilizar a democracia e preparar o povo para as mudanças sociais decorrentes do crescimento urbano, da imigração, da industrialização e da diversificação do trabalho (Villalobos, 1969). Sobretudo na década de 1920, configura-se uma crença generalizada no papel da educação para construir uma unidade nacional, solucionar problemas econômicos e políticos e garantir a formação de “trabalhadores dóceis” (Carvalho, 1998). O movimento da Escola Nova reúne muitos nomes e é intencionalmente divulgado pela A.B.E., da qual, num primeiro momento, participam nomes como os de Lourenço Filho e também membros do laicato intelectual católico, como Everardo Backheuser. Em 1932, este último grupo, motivado pela criação do Ministério da Educação e Saúde, conforme já destacado, passa a formar segmentos específicos na disputa pela regulação do sistema escolar (Carvalho, 1998).

No entender de autores da época, como Fernando de Azevedo (1958), a instalação do Estado Novo teria interrompido esse debate entre “católicos” e “pioneiros”, ao promover a centralização das decisões sobre a organização escolar. Entretanto, convém ponderar esse tipo de visão, que reforça uma suposta antagonia entre “católicos” e “pioneiros”. Embora haja um debate entre “católicos” e “pioneiros”, há que se considerar alguns aspectos com os quais ambos os grupos concordavam. Como mostra Cunha (1999), a propaganda do escolanovismo empreendida nas décadas iniciais do século

¹ Assinale-se o *Compêndio de pedagogia para uso dos alunos da escola normal*, de Antônio Marciano da Silva Pontes, publicado no ano de 1881 em Niterói pela Tipografia do Fluminense; o *Pedagogia e metodologia (teórica e prática)*, de Camillo Passalacqua, publicado no ano de 1887 em São Paulo pela Typographia a vapor de Jorge Seckler & comp.; o *Lições de pedagogia*, de Valentim Magalhães, publicado no ano de 1900 em São Paulo pela Edições e Publicações Brasil Editora; o *Compêndio de pedagogia... aprovado e adaptado pela Congregação da Escola Normal*, de Dário Veloso, publicado no ano de 1907 em Curitiba pelo Governo do Estado do Paraná, aprovado e adotado pela Congregação da Escola Normal; *O mestre e a escola*, de A. B. Barbosa de Godois, publicado no ano de 1911 no Maranhão pela Imprensa Oficial; o *Ensinar a ensinar*, de Afrânio Peixoto, publicado no ano de 1923 no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves e *Escola brasileira*, de João Toledo, publicado no ano de 1925 em São Paulo pela Livraria Liberdade.

XX estimula, entre os educadores em geral, a adequação de informações produzidas pela psicologia, sociologia, entre outras áreas, para explicar questões de aprendizagem e propor a racionalização das práticas pedagógicas. Seria equivocado afirmar que os “católicos” lutam contra a Escola Nova, uma vez que chegam a escrever manuais para professores tendo-a como seu tema principal. E, nesse sentido, convém retomar as palavras de Lima, ao destacar que “os pontos de atrito entre Igreja e os Pioneiros são aqueles em que é ameaçado o controle da Igreja sobre o processo educacional: o direito e o dever de educar, a laicidade do ensino, a 'escola única’” (1978, p.74). Na *Divini Ilius Magistri*, encíclica datada de 1929, na qual estão registrados os propósitos educativos estabelecidos em Roma, os aspectos de conflito acima assinalados aparecem da seguinte forma: “cabe prioritariamente à Igreja e à Família e, subsidiariamente ao Estado, o direito de promover a educação; a escola católica é tão necessária que os católicos estão proibidos de colocar seus filhos em escolas neutras; são condenáveis as práticas de educação sexual e de co-educação dos sexos” (Lima, 1978, p.77).

No caso brasileiro, a *Divini Ilius Magistri* é usada como referência em alguns dos manuais que, inclusive, são publicados ao longo de um período de tempo significativo², não restrito apenas aos anos 30, quando se reconhece a intensidade dos debates entre “católicos” e “pioneiros”. Note-se também que o referido documento continua a ser citado nas décadas de 1950, 1960 e início dos anos 70³, embora, nos idos de 60, a própria Igreja prepara a Declaração do Concílio Vaticano II *Gravissimum Educationis* (1965). Trata-se de um momento de revisão dos postulados, adaptando-se a idéia característica da *Divini Ilius Magistri*, segundo a qual apenas a educação cristã é possível e desejável, para uma concepção menos radical expressa na *Gravissimum Educationis*, da qual se depreende a tolerância ao mundo pluralista e o fato de que a Igreja passaria a corresponder a uma instituição de auxílio à sociedade (Lima, 1978).

Outra questão importante a ser assinalada acerca bibliografia utilizada nos manuais examinados é que alguns dos livros escritos pelos “católicos” tornam-se referências para outros manuais, escritos nos anos 50 e 60, como é o caso dos títulos escritos por Afro do Amaral Fontoura⁴, Theobaldo Miranda Santos⁵ e Ruy Santos Figueiredo⁶. Embora não sejam membros da Igreja, esses nomes chamam a atenção por atuarem em instituições de ensino católicas e por citarem em seus textos títulos como o manual intitulado *Técnica da pedagogia moderna*, de Everardo Backheuser (Rio de Janeiro, 1934). Na lista das menções a obras feitas nos manuais de padres, dos “católicos” e dos três professores aqui mencionados Afro do Amaral Fontoura, Theobaldo Miranda Santos e Ruy Santos Figueiredo verifica-se ainda a presença de citações ao Evangelho de S. Lucas, S. Matheus, ao texto do padre Leonel Franca intitulado *O ensino religioso e o ensino leigo*. Do padre Negromonte citam-se *A educação sexual e A vida de Jesus para a infância e a juventude, Moral cristã e Noivos e esposos (problemas do matrimônio)*⁷, entre outros títulos que sugerem a circulação dos postulados da Igreja Católica em livros destinados à formação pedagógica dos professores.

² Entre os manuais pedagógicos brasileiros publicados após 1930 e que citam a *Divini Ilius Magistri* ao longo de suas páginas, podemos assinalar os seguintes: *Fundamentos de educação*, de Afro do Amaral Fontoura, publicado em 1954 na cidade do Rio de Janeiro pela Editora Aurora; *Pedagogia (teoria e prática - 1º volume)*, de Antônio D’Ávila, publicado em 1954 na cidade de São Paulo, pela Editora Nacional; *Introdução à pedagogia moderna*, de Theobaldo Miranda Santos, publicado em 1955, na cidade do Rio de Janeiro pela Editora A Noite; *Didática Geral*, de Afro do Amaral Fontoura, publicado em 1965 na cidade do Rio de Janeiro pela Editora Aurora; e *Ensaios pedagógicos ou didática vivida*, de O Araújo, publicado em 1971 na cidade de São Paulo, pela FTD.

³ Nos manuais de Afro do Amaral Fontoura, Antônio D’Ávila, Theobaldo Miranda Santos e O Araújo, cujos títulos são citados em nota de rodapé anterior, a referida Encíclica é citada 28 vezes ao todo.

⁴ Afro do Amaral Fontoura, segundo consta nos manuais por ele escritos e aqui examinados, é, na altura em que publica seus textos, professor de instituições católicas de ensino, a saber, a PUC-RJ, da Universidade do Estado do RJ, além de lecionar na Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal, em inúmeros cursos de aperfeiçoamento para docentes e ser técnico em educação, chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e delegado do governo junto a várias escolas normais.

⁵ Theobaldo Miranda Santos, tal como se pode depreender das informações constantes em seus manuais pedagógicos, atua, no momento em que publica esses livros, como catedrático de Filosofia da Educação na Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Instituto de Educação na Guanabara e no Instituto de Educação do RJ, leciona na Faculdade de Filosofia de Santa Ursula, na Escola Técnica de Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal, já tendo, inclusive, dirigido uma escola normal e o Departamento de Educação Primária do Distrito Federal.

⁶ Ruy Santos Figueiredo é um autor de manual pedagógico que também leciona em instituição católica de ensino, no momento em que publica seu *Ensino: sua técnica, sua arte*, editado no Rio de Janeiro, pela Editora Lidador, em 1969. Inclusive, o seu livro é prefaciado por José Otão, então Reitor da PUC-RS. Nessa época e de acordo com informações constantes no manual, Figueiredo é professor de Técnica de Ensino do IAG da PUC, de Relações Humanas na Escola de Engenharia da PUC, já tendo lecionado Psicologia e Liderança da Escola Naval e proferido conferências de Técnica de Ensino para Professores do ITA.

⁷ As datas, locais e editoras dos títulos mencionados não são informadas nos manuais estudados.

Assim, da sistematização das obras e autores mencionados nos manuais, depreende-se não apenas o fato de que nesse momento os manuais católicos são citados e usados, como ainda são mencionadas e usadas algumas referências que apareciam nos mesmos, entre as quais está a *Divini Ilius Magistri*, muito ilustrativa da difusão dos princípios defendidos pela Igreja Católica, e outras obras, como as de Aguayo, Decroly, Pestalozzi, Claparède, Rousseau, Kerscheinsteiner, John Dewey que, de modo geral e considerando todo o período aqui estudado, constituem-se em referências quantitativamente notáveis no *corpus* examinado. Dessa maneira, é possível entrever nos manuais escritos pelos “católicos” um duplo movimento. Por um lado, esses livros fazem circular os postulados educacionais da Igreja, sendo que, por outro lado, também apropriam-se de autores e obras que são comuns aos manuais escritos pelos chamados “pioneiros” e por pessoas que não estão diretamente ligadas ao laicato católico.

Evidentemente, os resultados da sistematização das referências usadas nos manuais aqui examinados podem continuar a ser explorados, pois certamente suscitam novas e relevantes questões, sobretudo quando forem comparados com as referências usadas em manuais publicados em outros países, como Portugal. Trata-se de aspectos importantes das relações estabelecidas entre Estado e Igreja no tocante à formação docente e, ainda, dos modos pelos quais nomes, modelos e conceitos educacionais são produzidos e postos a circular entre os professores. Esse processo pode ser comparado à imagem de uma “corda discursiva”, cujo entrelaçamento se dá graças a uma rede comunicacional estabelecida entre diferentes lugares/instituições/autores. Por um lado, isso permite a divulgação *intra e inter*-nacional de idéias e, por outro, possibilita múltiplas apropriações das mesmas. Nessa perspectiva, a construção do discurso educacional não assume os contornos lineares e contínuos, que remeteriam a uma suposta e simples reprodução de idéias ao longo do tempo, nos mais diferentes lugares, pelos mais diversos grupos. O exame dos manuais escritos pelos “católicos” no Brasil, tal como se procurou evidenciar até aqui, é um exemplo da multiplicidade de usos e interpretações feitos a partir de referências que sustentam a profissionalidade docente e o modelo escolar desenvolvido em nível mundial desde o século XIX.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando de. A renovação e unificação do sistema educativo. In: *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958, tomo 3º, p.163-217.

CARVALHO, Marta. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) *Modos de ler, formas de escrever estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.65-86.

CATANI, Denice Barbara. Distâncias, vizinhanças, relações comentários sobre os estudos sócio-histórico-comparados em educação. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000, p.143-150.

CUNHA, Marcus Vinícius. Três versões do pragmatismo deweyano no Brasil dos anos cinquenta. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.25, nº2, jul-dez/1999, p.35-55.

LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NÓVOA, António. Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In: NÓVOA, António & SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa, 2000, p.121-142.

Prefácio. In: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Conselho Federal de Psicologia, 2002.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Os caminhos da educação masculina e feminina no debate entre católicos e liberais: a questão da co-educação dos sexos, anos 30 e 40. *Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995, p.37-48.

VILLALOBOS, João Eduardo. *Diretrizes e bases da educação ensino e liberdade*. São Paulo: Pioneira/Editora da USP, 1969.